

LA TRANSICIÓN HISTÓRICA HACIA LA SUSTENTABILIDAD DE LA VIDA¹(A TRANSIÇÃO HISTÓRICA PARA A SUSTENTABILIDADE DA VIDA)

Enrique Leff

Université Paris-Sorbonne (França), Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM – México), Instituto de Investigaciones Sociales, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da UNAM.

E-mail: enrique.leff@yahoo.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9910-5608>

DOI: [dx.doi.org/10.5380/guaju.v9i1.91731](https://doi.org/10.5380/guaju.v9i1.91731)

1 Conferência de Abertura IV Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável e IV Seminário Internacional da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança, evento ocorrido entre os dias 23 a 25 de novembro de 2022 na Universidade Federal do Paraná (UFPR), promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, em parceria com a Rede de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG). O presente texto é uma tradução livre da estudante da UFPR Bruna Benicio Brito, com revisões feitas pelos professores Luiz Everson da Silva, Valdir Roque Dallabrida, com a versão final revisada pelo próprio professor Enrique Leff e pelos professores Viviane Camejo Pereira e Evandro Cardoso do Nascimento.

Bom, quero começar dizendo que, para mim, é sempre uma honra, um prazer muito grande estar em comunicação e diálogo com a academia brasileira. O Brasil é um país onde a questão ambiental é muito vibrante e agora, especialmente, estamos muito esperançosos com o retorno de um governo que promete conduzir todas essas energias que estão construídas dentro dos movimentos sociais, das comunidades, dos povos tradicionais, e também da academia, para pensar uma estratégia da sociedade toda para transitar pra um futuro sustentável. Não me canso de dizer que o Brasil é o único país da América Latina, talvez do mundo, que tenha constituído uma associação universitária, de pesquisa na pós-graduação, sobre ambiente e sociedade, a ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade). E essa foi uma decisão muito assertiva do Brasil, porque a questão ambiental é, verdadeiramente, uma questão de crise civilizatória, como venho falando muitas vezes, que precisa ser pesquisada com todo rigor acadêmico e a partir de todas as perspectivas disciplinares.

A questão ambiental é uma pergunta fundamental sobre as condições da vida que deve ser aceita e incorporada por todos os setores da sociedade, sobretudo, no processo educativo e de formação de novas capacidades intelectuais para gerar um novo pensamento que abra novas orientações para uma mudança civilizatória. Por ora, eu quero agradecer a todas as autoridades, aos colegas, amigas e amigos, sobretudo, da Universidade Federal do Paraná, com os engajamentos de tanto tempo atrás com o Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE), em Curitiba, com tantos colegas e amigos com quem falamos e temos construído um pensamento crítico, um pensamento propositivo: o pensamento ambiental latino-americano. Então saúdo aqui o Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável [nesta edição, realizado conjuntamente com o Seminário Internacional da Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança] que está acontecendo, porque a questão fundamental agora é nos voltarmos para um desenvolvimento territorial sustentável. Porque a questão mais crítica agora certamente é a de que o processo de desenvolvimento, que está engajado com a dinâmica do capital neste mundo globalizado, rumo para um processo de insustentabilidade territorial, quero dizer, um processo extrativista, de apropriação destrutiva da natureza, que tem nesta os efeitos mais contundentes, no nível da atmosfera, do aquecimento global, e tudo mais, que impacta o que venho chamando de “os territórios da vida”. Esses territórios condensam a relação dos povos da terra com os seus espaços vitais, com os ecossistemas, com os processos em que se constroem ou destroem as condições da sustentabilidade da

vida. Então, o sentido do título que foi dado para esta intervenção é não somente falar de algumas formas de intervenção para frear, de alguma maneira, a destruição da natureza, conseguir certos graus de sustentabilidade dentro das estratégias de apropriação da natureza nos territórios, mas falar num nível mais abrangente, mais global, do que está acontecendo ao nível planetário, ao nível da humanidade toda, que é esse processo de acumulação destrutiva da vida.

A crise ambiental é, em essência, uma crise das formas de compreensão das condições da vida, gerando também as formas de intervenção sobre a natureza, e que estão conduzindo a este fenômeno radicalmente crítico de destruição das condições de sustentabilidade de todo o planeta, não somente de um território aqui ou lá, mas da Terra toda, ou seja, a questão agora é a sustentabilidade da vida no planeta. Então, para nós, (e quando digo nós, é a humanidade toda), esse é o momento talvez mais crítico, nesse sentido, de toda a história da humanidade. Essa é a primeira vez que estamos chegando a este ponto de criticidade em que colocamos em risco a capacidade ou a incapacidade da humanidade para se engajar num processo de evolução criativa da vida. É de onde vem toda humanidade, de onde toda vida provém, o espaço de auto-organização da vida, neste acontecimento cósmico único que aconteceu na Terra há quase 4 bilhões de anos atrás e que a humanidade está destruindo em menos de um século. Por quê? Por uma incapacidade de compreensão dessas condições da vida, de assumir, de incorporar, de viver dentro das condições da vida. De pensarmos em nos colocar acima dessas condições, de estar voltado para o crescimento, por essa vontade de poder, de domínio, pelo absurdo de adjudicarmos um poder soberano acima das condições da vida.

Estamos neste ano comemorando meio século de reflexão sobre esta questão da crise civilizatória, da crise ambiental, destes 50 anos da primeira Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, que foi o primeiro momento na história recente em que, a nível global, a comunidade internacional foi convocada para refletir, para responder a esta questão, a questão da destruição da vida. Essa destruição é causada por processos desencadeados pelo crescimento econômico, do crescimento sem limite, sem controle, gerados pela dinâmica própria do capital (da reprodução ampliada do capital), do processo econômico dentro da racionalidade da economia e certamente dos processos demográficos, estes que, finalmente, chegarão neste século a um grau de estabilização, mesmo com uma população que pode alcançar uns 12 bilhões de seres humanos.

Mas o problema é que o capital não consegue se estabilizar porque está gerando uma pulsão de crescimento, uma “mania de crescimento”, como falava Herman Daly. E essa pulsão de crescimento é um processo sempre crescente de apropriação e transformação de uma natureza que é limitada. Então hoje, após 50 anos, a humanidade é atingida pela crise ambiental, e a resposta da humanidade, mesmo negando o aquecimento global ou no melhor dos casos procurando dar soluções à questão ambiental, é dentro da mesma lógica do capital. Isso tem como consequência as limitações das mudanças, pois o que precisamos é a transformação da racionalidade tecnológica, econômica e jurídica que impacta os destinos da humanidade e os destinos da vida. Diante da crítica a esse modelo, desta racionalidade, ao establishment do conhecimento e os interesses engajados na política e na economia mundial, responderam tentando incorporar isso que eles nomearam de “externalidades do sistema”, dentro do mesmo sistema. O que aconteceu foi que o sistema não tem a capacidade de absorver essa negatividade, os processos socioambientais que foram “externalizados”, e que, na realidade, são processos crescentes e acelerados de destruição da biosfera, da complexidade ecossistêmica da Terra, do Life Support System, o suporte da vida no planeta. O que está sendo destruído são essas condições ecológicas da vida.

A racionalidade tecno-econômica converte a complexidade ambiental, a complexidade da natureza, dos ecossistemas - disso que os pré-socráticos nomeiam de *Physis* que é a potência emergencial da diversidade da vida - em uma somatória de recursos discretos, a serem apropriados e transformados pelo capital. A categoria de *Physis* foi transformada em um conceito de natureza que é uma concepção objetivada da natureza, a natureza disposta para ser fragmentada pela economia, mas também pelo conhecimento, pela epistemologia, que vem evoluindo a partir de uma fragmentação da totalidade dos entes que existem no mundo, fragmentando em disciplinas, fragmentando em superespecializações, num processo de objetivação da natureza, de construção de objetos de conhecimento, de objetos econômicos para serem apropriados pelo capital.

Assim, a evolução criativa da vida foi convertida em objetos a serem apropriados pelo conhecimento e as ciências foram convertidas em um instrumento que foi apropriado pela lógica do capital. É assim que a mesma academia vem pretendendo construir conhecimentos neutros, como se a objetividade da ciência fosse uma virtude suprema, desconhecendo as estratégias de poder que se jogam nesta pretendida neutralidade, negando a subjetividade, a ética da vida e os saberes outros para admitir a natureza como recursos discretos a serem apropriados pelo capital, seguindo as necessidades de valorização econômica do capital. É

isso que vai destruindo a complexidade ecossistêmica da Amazônia, do Cerrado, de todos os ecossistemas do mundo para procurar uma maximização dos ganhos econômicos, e tudo girando em torno da demanda insaciável do capital.

É nesses processos, que está ocorrendo de forma crescente o problema do extrativismo, como necessidade intrínseca do capital, de extrair cada vez mais natureza para transformá-la em commodities, para gerar e satisfazer a demanda de mercadorias desse sistema, em que o mundo já está engajado por completo. Então, antes de pensarmos em novas ecotecnologias, em tecnologias limpas e tecnologias de reciclagem, tudo isso que vem vindo nesses processos nomeados de desenvolvimento sustentado, mas que não são suficientes para frear e para alcançar um estado de equilíbrio, precisamos pensar na verdadeira sustentabilidade ecológica. As evidências deste “progresso econômico”, com os dados e informações que temos, é de que está acelerando um progresso para a morte entrópica do planeta, porque toda natureza que é transformada pelo capital, pelo processo econômico, além de gerar mercadorias para satisfazer algumas necessidades humanas fundamentais, gera necessidades supérfluas, absurdas; e ao mesmo tempo degrada toda a natureza contida na Terra seguindo a lei da entropia, gerando o aquecimento global.

Então, hoje não basta utilizar todas as nossas capacidades para melhorar as práticas das tecnologias agrícolas, como a agroecologia, tudo isso que certamente é muito positivo, sobretudo, pensando na sustentabilidade territorial. Precisamos voltar nosso pensamento crítico para desconstruir essa lógica que governa os destinos da humanidade e da vida, no sentido de conduzi-la para a morte entrópica do planeta, porque cada um desses processos tecnológicos engajados na lógica do capital gera uma degradação da natureza. A entropia é a lei sobre o limite dos processos termodinâmicos da vida. O processo de apropriação e transformação da natureza pelo capital gera desde o aquecimento global até o esgotamento dos recursos da Terra. Então, assim, não é possível construir uma base de sustentabilidade planetária.

Volto para a questão que é fundamental hoje com vocês. A pergunta é: é possível reconstruir isso que foi destruído nos 2500 anos do processo civilizatório da humanidade, desde o início do pensamento filosófico grego? Isso porque toda esta racionalidade da modernidade está construída sobre a base desse pensamento originário da cultura ocidental, que hoje é a cultura hegemônica no mundo inteiro. Mesmo na China, todos os governos de todo o planeta estão engajados nesse processo de acumulação do capital; todos os países, salvo talvez o Butão, são países capitalistas, mesmo que de um “capitalismo de estado”. A

questão hoje já não é mais uma postura da esquerda, em que as políticas públicas sejam um pouco mais sensíveis à igualdade social, ou de uma direita mais neoliberal, mas a opção por um modo de produção que seja construído sobre as condições da sustentabilidade da vida: uma verdadeira bioeconomia. O capitalismo é um processo econômico baseado nos princípios mecanicistas que desconhece as condições da vida, simplesmente não permite incorporar as bases ecológicas como o princípio fundamental da produção para a satisfação das necessidades humanas preservando as condições ecológicas de sustentabilidade da vida.

Então, como invocar, como pensar a possibilidade da transição para a sustentabilidade da vida? A racionalidade da modernidade tem atrapalhado o mundo inteiro; a racionalidade econômica, até mesmo a racionalidade científica, tecnológica e jurídica, não conseguem estabelecer um equilíbrio entre os direitos comuns dos povos e os bens comuns da humanidade, mesmo o ar, a água. Todos esses elementos fundamentais da vida - do metabolismo da biosfera e da vida humana - estão apropriados pelo capital. Precisamos saber se este modelo, se esta construção civilizatória é possível de ser desconstruída e reconstruída, não somente como pensamento das origens desta construção que vem desde o eidos platônico, desde a ratio como um sistema de medição objetiva de todas as coisas do mundo, e que voltaram também para esse momento de construção da metafísica cartesiana que separou a cultura da natureza, objeto do sujeito, a razão da paixão, e todas essas duplas, esse dualismo cartesiano que impera sobre todas as construções epistemológicas da modernidade, mas para construir outros modos de viver dentro das condições da vida.

O que temos observado é que os esforços para construir tecnologias ecológicas, a ideia mesma de desmaterialização da produção, que foi muito promovida após a Rio 92, tem sido uma simulação, um fracasso, porque é uma falácia, pois o capital não consegue se desmaterializar, ao contrário, precisa cada vez mais da apropriação de uma maior quantidade de matéria e de energia, de recursos naturais. A transição para a sustentabilidade não poderia ser um processo de transcendência desde a racionalidade existente, não poderia ser um acontecimento de reflexibilidade dentro da própria modernidade, como vem falando há um tempo os sociólogos da modernidade, tais como, Anthony Giddens, Ulrich Beck, Scott Lash, e Jürgen Habermas, porque aí, todo o pensamento está construído já de princípio dentro dessa lógica científica e da racionalidade da modernidade. Pois, por experiência desses últimos 50 anos, vemos que essa racionalidade não dá para seguir para uma ecologização da economia, dentro dessa reflexibilidade suposta da modernidade, para incorporar as

condições ecológicas de sustentabilidade. Tudo isso chega a ser, se não uma simulação, uma intenção muito limitada que não é suficiente para sustentar a vida e para conduzir um futuro da humanidade e a vida no planeta dentro do imanente da vida. Então, esta racionalidade que hoje atrapalha e degrada o mundo, isto que Weber nomeou de “jaula de racionalidade”, não é suficiente para promover uma mudança histórica para a sustentabilidade da vida.

Então, como poderíamos imaginar esta mudança, este giro histórico para construir uma vida humana dentro das condições da vida? Quando estou falando em condições da vida, estou pensando nas condições cósmicas, termodinâmicas, ecológicas, mas também as condições simbólicas, culturais e inconscientes, da condição humana propriamente dita. Esse é o grande dilema, o grande desafio, não somente de nós que estamos procurando pensar a sustentabilidade, mas da humanidade toda; e isso implica abrir a cabeça e abrir os sentimentos para conseguir uma nova compreensão da condição humana, para reconstituir a compreensão da vida em si, para compreender que a vida é parte desse conceito originário da grande intuição do Heráclito de Éfeso, a *Physis* como a potência emergencial do todo existente, o que gerou a coevolução criativa da vida e das diversas culturas humanas do planeta.

É por isso que eu venho falando desde tempos atrás que essa transição para a sustentabilidade da vida precisa, além de tentar ecologizar o capital, o processo econômico e as ciências, construindo novas disciplinas ecológicas ou ambientais, pensar como voltar a inserir todas as nossas ações sociais dentro das condições simbólicas da vida. Esse é o grande desafio. É isso que motiva nosso olhar para pensar os modos como as culturas tradicionais evoluíram dentro dessas condições da vida. Isso não quer dizer que as culturas tinham um conhecimento muito preciso e muito justo das condições da vida, porque a condição do entendimento humano se coloca sempre como uma falta constitutiva da condição humana, de uma “falta de ser” que impulsiona uma vontade de domínio. Essa falta parte de um vazio existencial que gera uma vontade de domínio que prevaleceu ao longo da história, condensando na racionalidade do mundo ocidental.

É verdade que os Povos da Terra também estão constituídos por uma ordem simbólica que também gerou estruturas de poder dentro das culturas tradicionais. Mas eles tiveram, ao longo da história, uma sensibilidade maior para compreender que precisavam inserir seus *habitus* e suas práticas dentro de uma espiritualidade e cosmovisões mais perto das forças cósmicas das quais provém a vida. Eles têm uma disposição maior que nós, que somos seres já muito racionalizados, urbanizados, modernizados, para se pensar dentro

de uma ordem cósmica, para sentir-se, existir dentro da natureza, para pedir permissão para Pachamama para se apropriar de algumas de suas forças produtivas, dessas dádivas da natureza para viver dentro das condições da vida.

Esses povos que têm 500 anos de resistência contra os processos de colonização e subjugação de seus saberes, eles são constituídos de uma condição humana mais disposta para não só contemplar, mas para compreender como é possível viver dentro das forças do cosmos, dentro da produtividade e dentro da resiliência ecológica de seus territórios de vida, dentro das condições próprias de sustentabilidade e da evolução criativa da vida. É por isso que estou propondo, nos últimos anos, que as estratégias para a construção da sustentabilidade de territórios de vida do planeta sejam a articulação de uma multiplicidade de formas culturais de construção de seus territórios de vida, a partir dos patrimônios bioculturais da diversidade dos Povos da Terra. Isso é garantir para eles seus direitos existenciais, seus direitos territoriais, porque são eles, a partir desses direitos, que podem frear o processo expansivo do capital que hoje não somente está destruindo a natureza, mas estão em um processo de expansão sobre seus territórios ancestrais.

Então, somente hoje, a partir da legitimidade dos direitos dos povos, podemos pensar em delimitar e limitar a expansão do capital para esses territórios que significaria a capitalização total do planeta. Isso significa ativar muitos outros processos de compreensão dos processos civilizatórios. Um deles é a construção dos direitos coletivos dos povos a seus bens comuns; outro processo fundamental é a desconstrução da economia que está construída sobre fatores de produção: do capital e da força de trabalho humano, em que o ser humano foi convertido somente em força de trabalho, sem outros atributos como ser humano. Assim sendo, é a natureza que foi externalizada dos paradigmas econômicos tradicionais, até mesmo do marxismo. Precisamos até mesmo da bioeconomia, porque a bioeconomia, pensada pelo grande economista Georgescu-Roegen, colocou claramente a compreensão que o processo econômico era um processo de extração e apropriação destrutiva, que culminaria na entropização dos processos da vida. Mas ele não construiu uma bioeconomia sobre as bases da produtividade da natureza, isso que seria propriamente uma bioeconomia baseada em uma produtividade neguentrópica da natureza; quer dizer de se apropriar da natureza na sua forma natural, da fotossíntese, da potência de energia solar transformada bioquimicamente em biomassa e de todos os processos complexos dos ecossistemas. Essas configurações entrópicas e neguentrópicas dos ecossistemas, que geram esta evolução produtiva da natureza, fazem com que os ecossistemas tropicais produzam biomassa em taxas de produtividade natural anual de até 8%.

Vocês têm no Brasil experiências exemplares. Há reservas extrativistas de seringueiros e outras reservas extrativistas, jogando com essa produtividade natural, e mostram ao mundo que é possível viver humanamente dentro das condições de produtividade da natureza e não contra a natureza, que é o que acontece quando a complexidade ecossistêmica é transformada para construir campos de cultivo madeiráveis, por exemplo, de monoculturas florestais ou de espécies de alto valor econômico; ou ainda de cultivos transgênicos, que certamente podem ser mais produtivos em termos econômicos, mas que destrói as condições de sustentabilidade dos solos e dos ecossistemas que fragmentam e fraturam a natureza.

Precisamos voltar para a construção de uma bioeconomia, fundamentalmente elaborada sobre as bases de produtividade ecotecnológica dos processos de produtividade negentrópicos. Junto com isto precisamos também romper os esquemas estruturais, mudar as normas no campo jurídico, porque hoje a racionalidade foi construída dentro da ideia do direito positivo, dos direitos individuais das pessoas e mesmo do capital, esquecendo dos direitos humanos coletivos a os bens comuns das comunidades e da humanidade; e toda a jurisprudência está construída mediante esse princípio dos direitos individuais que não dá para resolver os conflitos entre o capital e os direitos dos povos, não dá para valorizar os bens comuns dos povos.

Os Povos da Terra, as comunidades indígenas e camponesas vivem dentro de uma concepção em que sua individualidade está constituída dentro de um ser coletivo, de uma comunidade como os seres vivos de um ecossistema; eles não são realmente individualidades, mas parte da complexidade de relações ecossistêmicas. Da mesma forma, para os Povos da Terra como comunidades, seu patrimônio biocultural são seus territórios como espaços comuns. A humanidade toda deveria pensar que a água, o elemento fundamental de 75% da Terra, o ar que respiramos todos os seres vivos, é um patrimônio comum da humanidade que não deve ser gerido por uma gestão privada, dentro dos princípios do capital, do mercado, mas deve ser pensado como uma condição de vida da humanidade toda e ser gerido dentro dos princípios de organização ecológica e cultural dos Povos da Terra.

Essa concepção de natureza leva para mudanças de paradigmas no campo do direito, no campo da economia, e no campo mesmo da antropologia. A antropologia, estando muito próxima dos processos ecológicos, ecossistêmicos, gerou para uma antropologia ecológica o que a levou para pensar os processos simbólicos dentro de um modelo ecológico. Mas essa ecologização da cultura também é uma falácia, porque a cultura é resultado da constituição simbólica dos seres humanos e elas não se conduzem, dentro dos padrões de relações ecossistêmicas da vida, da vida não humana.

Finalmente, o giro hermenêutico nas ciências sociais levou também para uma antropologia fenomenológica, de maneira que esses paradigmas culturais também são herdeiros gerados por toda a história da metafísica que precisam ser questionados hoje pelo predomínio do logos humano e abrir para outras formas de compreensão das sensibilidades da vida para compreender como as posições do nosso consciente estão vinculadas com nosso logos, nossas ideias, na psique humana, entendendo as relações destes processos mentais com a organização do inconsciente humano. Dessa maneira, poderemos dar um giro também entre os impulsos de morte que predominam na mente humana, para uma pulsão de emancipação da vida.

A emancipação da vida vem também a questionar a termodinâmica que pensa a entropia como princípio fundamental na organização da vida, como um processo inelutável de degradação, para pensar o princípio criador da vida que é a neguentropia. Vejam também essa ironia dos conceitos, que para pensar a parte positiva da vida, devemos pensá-la e dizê-la em negativo, “neg-entropia”, quando é a parte positiva de criação da vida. Então precisamos reconstruir toda a ciência, que vem da história da metafísica e que vem se cristalizando numa vontade de poder sobre as condições da vida, estruturando nossos paradigmas científicos, pelos quais nos formamos nas universidades. É por isso que, para abrir todos esses paradigmas da ciência, não basta pensar em termos de interdisciplinaridade, não basta articular esses fragmentos de conhecimento construídos dentro de distintas disciplinas, dentro de um paradigma omnicomprensivo, holístico das ciências; mas precisamos questionar também os fundamentos teóricos do processo epistemológico, baseado na objetivação da vida, do mundo e da natureza.

Então, para finalizar essa intervenção e dar lugar para um diálogo com vocês, essas são algumas ideias sobre como pensarmos a transição para a sustentabilidade da vida; vejam que falo de transição e não de transcendência porque a transcendência é pensada já na lógica desta filosofia transcendental, da transcendência histórica através da própria dialética da história. Hoje, devemos pensar a transição para a sustentabilidade da vida de maneira que não seja uma dialética, que não seja uma reflexibilidade dentro da modernidade ou dentro da lógica da ciência; precisamos sair desse marco de compreensão para compreender o que ainda não compreendemos, aproximarmo-nos ao que venho nomeando de “alteridade da existência humana”, a alteridade como tudo isto que está fora do logocentrismo das ciências e da história da metafísica.

Estes são grandes desafios para nosso pensamento, para nossa academia, para voltar o olhar para um desenvolvimento territorial sustentável das comunidades, dos Povos da Terra, e nos vincularmos desde as nossas universidades, de nossa academia, com esses processos de transformação civilizatória, dos processos de resistência das mesmas comunidades, dos Povos da Terra. É ali que se joga um dos grandes desafios da academia: de ir para esse novo campo da ontologia política, de ecologia política, para empreender essa reconstrução civilizatória através de um diálogo de saberes; o que implica sair da arrogância das nossas convicções, das nossas certezas construídas dentro dos grandes paradigmas científicos e abrímos para escutar essas alteridades, essas outras formas de pensar e se sentir dentro da vida dos povos originários. Esse diálogo de saberes implica contrastar nossas categorias filosóficas e conceitos científicos críticos com os imaginários e saberes dos povos, sem tentar impor ou dominar através de nossas certezas. Pensar junto com eles, e atuar junto com eles.

Bom, essas seriam algumas ideias críticas, talvez provocativas, para pensarmos essa transição histórica para a sustentabilidade da vida, em que todos nós devemos nos engajar, toda a humanidade. Fico à disposição para receber os julgamentos críticos de nossa audiência, em um diálogo de saberes num encontro de inquietações, e ativar também toda nossa energia, que esperamos que agora nesse novo governo vá encontrar novos rumos de expansão e de transformação civilizatória, e onde espero ter então a oportunidade de voltar ao meu querido Brasil, à Universidade Federal do Paraná, com todos meus amigos, minhas amigas, colegas, para continuar abraçando-nos aí nessa comunicação, nesse ânimo conjunto, nessa solidariedade, nessa aposta pela vida.

Muito obrigado!